

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e catarinenses que nos acompanham através da TVAL e Rádio Alesc Digital, venho, hoje, falar sobre as escolas de Joinville, tanto municipais como estaduais, que estão fechadas pela Vigilância Sanitária, devido a uma série de questões estruturais. Entre elas temos a Escola Conselheiro Mafra, a Plácido Olímpio Oliveira. E estou falando somente das estaduais que estão fechadas pela Vigilância Sanitária.

Fechar uma escola é muito difícil, porque traz uma dificuldade muito grande para os pais dos alunos que estão lá. Na verdade, muda toda uma estrutura de logística e traz toda essa dificuldade.

Essa história do fechamento de escolas pela Vigilância Sanitária já é uma novelinha antiga, em Joinville. Abre e fecha, reabre, daqui a pouco fecha novamente. Até fui convocado por alguns pais para verificar por que isso está acontecendo, porque vai lá o secretário da Educação e anuncia a reforma, vai o governador e diz que já estão liberados os recursos. Mas entre a palavra, deputado Antônio Aguiar, das pessoas responsáveis à execução da obra está havendo um hiato muito grande. Um tempo muito grande. E o ano já se foi, e a escola ficou fechada. Pior ainda, os pais, além de terem as escolas fechadas, não veem ação de reforma. Não veem um governo presente para reformar. E está lá o selo da Vigilância Sanitária lacrando a escola, mas não se vê obras lá dentro.

Eu fui chamado por esses pais e pela Associação de Pais e Professores, por diversas escolas, entre eles a de Bom Retiro, a Conselheiro Mafra e tantas outras. São cinco escolas que temos. E vamos ver onde está esbarrando, deputado Moacir Sopelsa.

O governador Raimundo Colombo e o secretário da Educação estão apanhando como alguém que está no pau de arara, deputado Altair Guidi. E é bom vê-lo de volta aqui.

Estão apanhando, mas apanham. Liga-se o rádio, pau. Abre-se os jornais, pau. Liga-se a televisão, pau. É pau, é pau, é pau. Em quem? No governador Raimundo Colombo, no secretário Eduardo Deschamps. E o pau come. Por quê? Porque a escola estadual está fechada pela Vigilância Sanitária há quase um ano. Já estamos em setembro e até agora nenhuma ação, nenhuma obra foi feita, mesmo que anúncios tenham sido feitos. Aí, deputado Romildo Titon, fui mais fundo, até porque sou jornalista e gosto de investigar um pouquinho. E o que achei? As escolas estão hoje com recursos disponíveis, mas elas não começaram ainda a reforma, porque a

prefeitura de Joinville não dá o alvará de reforma. Mas isso ninguém fala. O pau é somente no governador. Mas ninguém fala que lá em Joinville as escolas estaduais não estão em reforma, apesar de o dinheiro já estar disponível, porque o alvará da prefeitura não saiu para a reforma.

Fui procurar saber por que não sai o alvará. V.Exas. não vão acreditar se eu disser que é porque a prefeitura está pedindo estudos de impacto da vizinhança, do trânsito, de fornecimento de água. Mas meu Deus do céu, são escolas de 60 anos, de 70 anos, que estão lá consolidadas. É apenas reforma.

O impacto da vizinhança já existe há 70 anos, assim como o impacto do trânsito e do fornecimento de água. E o que faz uma prefeitura segurar por mais de um ano o alvará de reforma da escola estadual?

Vou falar daqui a pouco com o governador Raimundo Colombo, vou ligar para ele porque amanhã, parece-me, ele vai estar em Joinville, com o prefeito, para anunciar mais obras. Vou pedir para o governador Raimundo Colombo pedir para o prefeito Udo Döhler se mexer, porque até agora não fez nada. Que ele libere o alvará para a reforma da escola.

Que barbaridade! Que prefeitura é esta? Cadê a agilidade que disseram que teriam?

Agora, fico pensando, deputado Serafim Venzon, se de governo para governo, de governo municipal para governo estadual, não conseguem liberar com agilidade o alvará para a reforma de uma escola que tem 600 alunos, 700 alunos, 800 alunos, deputado Volnei Morastoni, sem aula, imagine para um cidadão comum.

Então, venho aqui fazer o meu desagravo à prefeitura de Joinville, ao prefeito Udo Döhler, por essa demora na expedição do alvará de reforma das escolas de 50 anos, 60 anos, 70 anos, como por exemplo a Escola Conselheiro Mafra, uma escola de 100 anos.

Agora a prefeitura está pedindo estudo de impacto da vizinhança. Tem que se fazer um estudo

de impacto na vizinhança. Querem que reformemos aqui ou não?

O trânsito em volta dessa escola está lá há 100 anos, deputado Altair Guidi, e eles ainda estão perguntando: "Vocês querem que se reforme ou não?" Estão querendo brincar com a população, só pode! É brincadeira de mau gosto! Estão querendo fazer a população, os pais, os alunos de palhaços! Por quê?

Uma escola ficar fechada por um ano porque a prefeitura não dá alvará de reforma, exigindo estudos de impacto da vizinhança, é um absurdo. Essa lei foi feita agora e deve ocorrer nas construções novas. Não é para uma construção consolidada como são as escolas de Joinville, construídas há muito tempo.

Então, venho pedir ao governador Raimundo Colombo, já que amanhã ele vai falar com o prefeito da cidade de Joinville, que libere a reforma das escolas que estão fechadas, porque não estão dando o alvará para a reforma.

O prefeito disse que iria liberar rápido, então, que libere. Os pais não estão mais aguentando. Está finalizando o ano, já está chegando o próximo ano, e parece que nada foi feito. E quem está apanhando? Quem está apanhando é o governador do estado e o secretário da Educação. E nesse caso a culpa é da prefeitura de Joinville que não está dando o alvará de reforma para as escolas que já foram construídas há 100 anos, porque querem os estudos de impacto da vizinhança, do trânsito e também o estudo de impacto de abastecimento de água.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero abordar um assunto importante, um acontecimento importante por parte do Senado, da Câmara dos Deputados.

Já comentamos nesta tribuna, em outras ocasiões, o movimento do povo nas ruas, os pedidos. Muitas pessoas não sabiam exatamente o que reivindicar, mas estavam fazendo parte, ajudando na manifestação, participando do movimento, deputado Silvio Dreveck. Cabe a nós políticos interpretar qual a forma que vamos utilizar para ajudar as manifestações realizadas no movimento. O que queremos é que haja seriedade maior nas decisões do governo, se quer mais agilidade. E o deputado Kennedy Nunes estava comentando há pouco, da tribuna, que a Vigilância Sanitária do estado muitas vezes obstrui um evento do próprio estado, em vez de encontrar alternativa rápida, desenha um caminho mais longo. Muitas vezes os órgãos do governo municipal, estadual ou federal, como contava o deputado Kennedy Nunes, acabam obstruindo uma ação do estado, mas é tudo Poder Público. E assim cabe a cada um de nós interpretarmos o que podemos fazer, para dar agilidade, simplificar e dar respostas a esse povo.

Certamente nas eleições cada um de nós políticos saberá a maneira e como se gasta dinheiro na campanha eleitoral.

Todos vocês devem estar lembrados da época em que era permitido comprar espaço no jornal. Tinha um desempenho eleitoral melhor aquele que conseguia contratar o melhor jornal da cidade, a capa do jornal para o dia da eleição, e apresentar ainda um instituto de pesquisa que tivesse credibilidade, e que os números convencessem o eleitorado. Então, o detalhe era ter recursos para pagar o jornal e a pesquisa.

Outra despesa grande que havia na campanha era a questão dos *outdoors*, em que as empresas que vendiam *outdoors* durante o mandato inteiro vendiam os espaços para os deputados, para a iniciativa privada. E cada espaço daquele tinha um valor, digamos R\$ 250,00 por 15 dias. E quando chegava a época da campanha, deputado Antônio Aguiar, o mesmo tempo e o mesmo espaço eram vendidos por R\$ 2,5 mil ou cinco mil. Ou seja, dez, 20 vezes mais caro. E se por acaso o deputado não comprasse

aquele espaço, a empresa ia lá e vendia para o seu adversário, criando, assim, uma necessidade de se gastar aquele recurso.

Mas vejo ainda que existem alguns recursos que são gastos desnecessários, supérfluos, que não modificavam em nada, como é o tal do gasto com a camiseta. Quer dizer, era mais forte aquele que tinha mais dinheiro para comprar a camiseta. Cada camiseta custava R\$ 10,00 e o candidato tinha que fazer 50 mil, 100 mil camisetas para a camiseta ser notada na cidade ou região. E assim eram brindes que o candidato tinha que distribuir, e tinha um desempenho melhor aquele que tinha a criatividade de que tipo de brinde poderia ficar circulando, ser exposto durante a campanha.

Mas ainda são permitidas as tais das placas em terrenos particulares e os adesivos em carros, o chamado envelopamento do carro, em que o cidadão pega o carro e bota a fotografia do candidato e somente vê se a silueta do carro e a fotografia do candidato.

Quer dizer, tanto pelo número de placas que se encontra em terreno individual, que por determinação legal tem que ser gratuito, quanto pelo número de carros envelopados que têm circulando na cidade, que também, por determinação, em princípio, é gratuito, mas que na prática tem um custo para o candidato, podemos medir a possibilidade de resultado daquele candidato.

Mas vejo aqui uma grande esperança: o Senado aprovou ontem a minirreforma eleitoral. A informação que eu tenho é que foi o primeiro turno, e certamente será votado hoje o segundo turno. E alguns pontos importantes estão sendo excluídos e não poderão mais ser utilizados na campanha. Por exemplo: a proibição da pintura de muros e o uso de cavaletes em vias públicas; o envelopamento de carros com adesivos; o limite de gastos com combustível em até 20% da receita da campanha. Essa é outra maneira, porque, sem dúvida nenhuma, à época, o candidato, que não dava gasolina para ninguém, tinha, na sua contabilidade, uma despesa extraordinária de

combustível. Quer dizer, agora ele vai ter que justificar 20% da sua receita declarada. É fato também que normalmente o candidato, na hora da apresentação de conta, revelava mesmo 10%, 15% daquilo que ele gastava, porque aquele número não servia para nada. E agora ele vai poder usar em combustível 20% daquilo que ele declarou que está utilizando na campanha. Ou seja, ou vai usar de fato pouca gasolina, ou vai usar um pouco a verdade na hora de revelar quais são os gastos que tem.

O candidato que numa cidade de 200 eleitores contratava 500 pessoas, 600 pessoas para trabalharem no dia da campanha, na verdade, era outra forma, outro investimento para comprar, seduzir aquelas pessoas. Na verdade, estava-se comprando voto.

Essa reforma que o Senado já votou ontem, chamada de minirreforma, em minha opinião é uma reforma, uma modificação muito importante. Claro, aquela questão da proibição das Coligações na proporcional... Algumas mudanças substanciais também são importantes. Mas sem dúvida nenhuma essa tal da minirreforma que foi aprovada poderá contribuir para a diminuição dos custos da campanha.

No momento em que nenhum candidato poderá usar esses recursos como cavalete, como pessoas na rua, despesa exagerada, despesa ilimitada com combustível, com a contratação de cabos eleitorais para a campanha, isso sendo proibido, vai ser uma economia para todos os candidatos, para toda a sociedade. Seguramente isso vai repercutir numa maior seriedade dos trabalhos, quer seja dos deputados, senadores, vereadores, prefeitos. Enfim, aquele que se eleger poderá mostrar maior seriedade no seu trabalho.

Parabenizo o Senado e espero que a Bancada Catarinense, em nível da Câmara, encaminhe logo para votação na Câmara, para poder fazer valer isso para a eleição do ano que vem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO D ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. deputado Romildo Titon, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade que nos ouve, o que me traz à tribuna neste dia são os acontecimentos ocorridos no planalto norte, neste final de semana. Primeiro, os 102 anos da emancipação política do município de Canoinhas foi uma grande festa.

A Fesmate foi realizada neste final de semana, com o título de Cidadão Honorário da Cidade de Canoinhas ao governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, com uma grande sessão realizada na Câmara de Vereadores de Canoinhas, onde a comunidade aplaudiu o título de Cidadão Honorário a Eduardo Pinho Moreira, vice-governador, médico, que o fez por merecer.

Esse mérito se deve ao presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, o vereador Renato Pinque, e os demais vereadores, com a aprovação por unanimidade.

Depois disso, nos dirigimos à Femaste. Lá no local tinham mais de oito mil pessoas. Essas oito mil pessoas aplaudiram o canoinhense Eduardo Pinho Moreira, juntamente com o prefeito Beto Faria, fazendo com que a Fesmate tivesse uma abertura histórica, pelo momento político que tivemos, onde a comunidade realmente aplaudiu Canoinhas, aplaudiu o governador em exercício Eduardo Pinho Moreira, aplaudiu o prefeito Beto Farias e o seu vice Vilson Pereira.

Portanto, tivemos uma importante jornada, nesse final de semana, enaltecendo o município de Canoinhas, onde o organizador da Fesmate, Edmilson Verca, o nosso secretário do Desenvolvimento Econômico, brilhou pela sua capacidade em organizar uma festa.

Lá estiveram presentes mais de 35 mil pessoas. Isso significa que a festa foi um grande sucesso, enaltecendo Canoinhas nos seus 102 anos de existência.

Na quinta-feira também teremos uma grande jornada, a ser realizada em Curitiba, onde

estaremos com os prefeitos do planalto norte, visitando a ALL - América Latina Logística. Estaremos lá fazendo esta grande visita que é de interesse regional, de interesse do planalto norte, dos municípios de Mafra, Três Barras, Canoinhas, Irineópolis e Porto União, os cinco municípios que são beneficiados antiga Rede Ferroviária Federal, estrada de ferro esta que tem por objetivo dos senhores prefeitos e do deputado Antônio Aguiar organizar o trade turismo do planalto norte.

Para isso, vamos visitar a ALL e ver as possibilidades para que a ALL, junto com as prefeituras e junto com o governo do estado, o governo de Raimundo Colombo e Pinho Moreira, possa desenvolver esse importante projeto, o projeto da criação do trade turismo do planalto norte. E estaremos com a ALL para verificar a possibilidade da doação pela ALL de trens de passageiros e de locomotivas, para que possamos realizar esse trade turismo.

Também no planalto norte tivemos a oportunidade de assinar um convênio de um milhão de reais, investimento da secretaria da Saúde, da secretária Tânia Eberhardt, juntamente com o adjunto Acélio Casagrande.

Quem assinou, na verdade, esse importante convênio foi o governador em exercício Eduardo Pinho Moreira. São R\$ 500 mil para a prefeitura de Canoinhas e R\$ 500 mil em equipamentos para o Hospital Santa Cruz. Esses R\$ 500 mil em equipamentos do Hospital Santa Cruz é, sem dúvida nenhuma, a importância de equiparmos o hospital para que os médicos possam, de maneira mais eficiente, atender à nossa população.

Os outros R\$ 500 mil para o município de Canoinhas serão aplicados no pronto atendimento novo que já foi construído com verba federal, mas equipado com verba do governo estadual e municipal.

Portanto, é importante a participação dos três Poderes para uma boa gestão. E esses equipamentos farão com que o pronto atendimento novo atenda de

maneira eficiente aos nossos pacientes e às pessoas que lá necessitam de atendimento médico.

Por falar em atendimento médico também tivemos um final de semana trágico na nossa região. Primeiramente, com a morte do sr. Otair Becker, ex-senador da República e ex-deputado federal. Temos certeza de que ele cumpriu a sua missão.

Mais trágico ainda são os acidentes de trânsito acometidos na região. Em Itaiópolis faleceram quatro jovens. Dois rapazes de 22 e 23 anos e duas moças de 19 anos, cujos sonhos foram ceifados. Suas famílias tinham sonhos com seus filhos, que também acabaram.

Outro acidente grave ocorreu com o filho do ex-vereador Celeste, de São Bento do Sul. Estive no velório e manifesto minhas condolências a essas famílias que perderam seus entes queridos de maneira abrupta e trágica. É o destino de cada um, mas há vários fatores que influenciam: trânsito, estrada, motorista, automóvel.

Nesses momentos de tristeza que vivemos deixamos aqui a toda comunidade de São Bento do Sul e do planalto norte as nossas condolências.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Edson Andrino.

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, trago nesta tarde um assunto já muito debatido nesta Casa, que é a criação das regiões metropolitanas de Santa Catarina.

Vou me ater à criação da região metropolitana de Florianópolis, uma luta antiga. Desde quando fui prefeito de Florianópolis, de 1986 a 1989, já discutíamos com os prefeitos da região a importância de tratarmos de uma série de reivindicações e problemas da Grande Florianópolis de maneira integrada, o que apenas podíamos fazer com uma região metropolitana.

Foi uma luta para que esta Assembleia aprovasse o projeto, que teve a relatoria do atual desembargador João Henrique Blasi, na época deputado estadual. A região metropolitana de

Florianópolis foi a primeira a ser aprovada. Depois, com a reforma administrativa do governador Luiz Henrique da Silveira, extinguiram-se as regiões metropolitanas. Acho que foi um erro cometido pelo Executivo e por esta Casa, porque região metropolitana é uma coisa e secretaria regional é outra completamente diferente.

As secretarias regionais referem-se a uma representação administrativa do governo do estado, no sentido de discutir os problemas e executar obras, e a região metropolitana é uma questão institucional, para discutir as questões dos municípios que a compõem. Inclusive facilitando a busca de recursos em bancos internacionais, no próprio governo federal que tem fundos para os grandes aglomerados urbanos, para tratar de lixo, transporte coletivo, saneamento básico.

Então, acho até que pecamos por exagero, na criação de algumas regiões metropolitanas de Santa Catarina, que não se justificam como região metropolitana.

No Brasil inteiro temos cinco regiões metropolitanas. E a da Grande Florianópolis seria, deputado Renato Hinnig, o início de um processo para viabilizarmos outras regiões metropolitanas. Aqui seria o embrião que teríamos como exemplo, como referência, para continuarmos nesse processo.

Esta Casa voltou a criar a região metropolitana da Grande Florianópolis, mas não foi implantada pelo governo. E esta semana eu li uma matéria, e sei da agonia do prefeito Cesar Souza, da prefeita de São José, do prefeito de Santo Amaro da Imperatriz, de Biguaçu, para resolver uma série de questões que dependem da integração desses municípios. Mas na minha maneira de ver, essa pressa, essa ansiedade, essa agonia dos prefeitos não se justifica. E pelo que estava escrito na matéria, a prefeitura de Florianópolis vai criar a região metropolitana. Mas a prefeitura de Florianópolis não tem competência para criar a região metropolitana. Inclusive, já temos um local para ser a sede administrativa da região metropolitana.

Achei aquilo uma coisa sem nexos, descabida, porque quem tem que implantar a região metropolitana é o governo do estado, conforme a lei que aprovamos aqui, na Assembleia Legislativa, inclusive, com o voto do prefeito Cesar Souza Júnior.

Então, sr. presidente, aqui está o líder do governo, o ex-presidente deputado Gelson Merisio, que tem o seu poder de influência no governo do estado, com o chefe da Casa Civil ou com o próprio governador, no sentido de implantarmos logo a região metropolitana na Grande Florianópolis.

Deputado Renato Hinnig, vejo a luta que v. exa. trava com respeito à mobilidade humana. E a mobilidade urbana vamos resolver somente tratando dessas questões coletivamente.

Há tempos o prefeito de Palhoça resolveu implantar o transporte marítimo. Ele não tem como implantar sozinho o transporte marítimo. Por que a barca vai sair de onde?

Ele não tem interferência administrativa nem política, aqui, na capital. Então, é o governo do estado que tem que implantar, e com urgência, a região metropolitana da Grande Florianópolis.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V. Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Que bom ouvi-lo falar sobre isso com tanto conhecimento.

Nós, lá em Joinville, também estamos na luta para a implantação da região metropolitana. Nós temos lá um problema entre Joinville e Araquari, porque muita gente dorme em Araquari e trabalha em Joinville, e o ônibus para na divisa, porque não pode ultrapassar. Mas se tiver a região metropolitana poderia chegar ao centro de Araquari.

Existem duas coisas essenciais, por exemplo, no Minha Casa, Minha Vida, se a cidade onde a pessoa comprar a casa estiver numa região metropolitana, aumenta 40% o valor do empréstimo da Caixa Econômica, de 80 passa para 120, ou aumenta 30%. E mais ainda: na região metropolitana as cidades que fazem parte não precisam usar o

código de área numa ligação, fazem a ligação normal. Então, isso para a vida do cidadão muda muita coisa. Por isso, faço coro para que o governo do estado implante o mais rápido possível a região metropolitana.

Para implantar a região metropolitana não precisa nem de outra estrutura, basta somente implantar e usar a própria estrutura das secretarias regionais, uma sala, para ter o cidadão que vai fazer parte da região metropolitana.

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa. E pediria o esforço desta Casa e da própria comissão de Transportes, da comissão de Educação, para fazerem um apelo aos prefeitos, principalmente das maiores cidades, de Palhoça, de Biguaçu, de São José, de Florianópolis, porque temos que conversar com o governador, pois tenho certeza de que o governador Raimundo Colombo tem interesse em criar essa região metropolitana. Está dependendo exatamente de um esforço, da sensibilidade desses prefeitos, no sentido de conversar com o governo do estado. E v.exa. que acabou de sair da secretaria Regional fez várias reuniões com os prefeitos da região, no sentido de avançar, mas lamentavelmente pararam com a implantação da secretaria Regional. E agora vimos aí a ansiedade dos prefeitos de tentarem resolver essa questão entre eles. Mas entre eles não é possível, se não houver essa integração institucional organizada, conforme está na lei que aprovamos aqui, que criou a região metropolitana da Grande Florianópolis.

Tenho certeza de que o êxito dessa região metropolitana serve de exemplo para que possamos criar outras regiões metropolitanas, como é o caso de Joinville, Chapecó, Criciúma, cidades que têm características que podem ter uma região metropolitana.

Então, faço um apelo a esta Casa e principalmente ao líder do governo, deputado Aldo Schneider, para que sensibilize a Casa Civil para marcar uma reunião com o governador, no sentido de implantar de uma vez por todas a região

metropolitana da Grande Florianópolis. E aí vamos ter quem sabe transporte coletivo melhor, saneamento básico melhor, porque não adianta resolver o problema do esgoto da cidade, da Ilha, se não resolvermos o de Palhoça, porque o vento sul leva as águas para lá e para cá. Não adianta, têm que ser integradas essas coisas.

Então, quero aqui dizer da importância desse tema. E não envolve dinheiro, não envolve recursos, envolve é uma decisão política que espero que seja tomada no mais breve espaço possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras., deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC, quero cumprimentar o deputado Edson Andrino por ter esse tão importante tema da região metropolitana. E também o aparte do deputado Kennedy Nunes foi feito de forma muito sábia, levantando a questão do município de Joinville.

Outro dia estive conversando com o prefeito de Joinville, que me colocou os projetos importantes para a região norte que envolve todos os municípios da região, principalmente Joinville e Guaramirim.

Mas em relação à região metropolitana da Grande Florianópolis, enquanto estive como secretário de Desenvolvimento Regional, fiz diversas reuniões com os prefeitos da região, os vereadores, a sociedade organizada, com esse objetivo. E há um entendimento generalizado de que efetivamente as regiões metropolitanas precisam ser implementadas.

Tomamos a iniciativa, a partir dessas reuniões, de propor ao governo do estado o encaminhamento de um projeto de lei para esta Casa, criando o fundo metropolitano da região da Grande Florianópolis, mecanismo necessário para se implementar efetivamente as regiões

metropolitanas. E na Grande Florianópolis não é diferente.

Esse projeto já transitou por todas as áreas do governo do estado, e na data de ontem, deputado Edson Andrino, tive a oportunidade de rapidamente conversar com o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, e fizemos a cobrança do encaminhamento desse projeto de lei para esta Casa, fruto inclusive da aprovação de uma moção de nossa autoria, que foi aprovada pelos srs. deputados, para que o governo do estado, de forma urgente, encaminhe os projetos de lei para instituir a região metropolitana na Grande Florianópolis.

O secretário Nelson Serpa me informou que o governo do estado está na fase final de análise desse projeto. Inclusive, está incorporando uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que no mês de fevereiro decidiu sobre essa questão das regiões conurbadas, também definiu claramente que assuntos de caráter metropolitano não dizem respeito somente aos municípios, tem que haver a participação do estado.

Portanto, reputo da maior importância debatermos esse tema, e quero me somar ao deputado Kennedy Nunes, ao deputado Edson Andrino e aos demais deputados, para que pudéssemos exercer a nossa função de parlamentar para criar uma mobilização e que esse projeto venha para a Assembleia Legislativa o mais rapidamente possível. E temos justificativas já sabiamente colocadas pelos deputados Edson Andrino e Kennedy Nunes.

Temos outra questão importante que está agora na nossa Ordem do Dia, que é o projeto de implantação de uma solução no transporte coletivo de massa, agregado ao transporte marítimo, fruto da PMI que o governo do estado lançou este ano, cujas propostas das empresas que concorreram ao certame foram entregues no último dia 19 de agosto.

Ao mesmo tempo o governo federal anuncia que tem R\$ 50 bilhões para investir em mobilidade urbana, e o que faltavam eram projetos.

Pois bem! Santa Catarina agora tem os projetos, e o governo federal tem os recursos. Então, o que nos falta? O que falta efetivamente é implantar a região metropolitana da Grande Florianópolis. E como já disse o deputado Kennedy Nunes, não há necessidade de criar nenhuma estrutura nova para isso, pois já temos as estruturas das secretarias de Desenvolvimento Regional. E essa foi a nossa sugestão ao governador Raimundo Colombo e ao secretário Nelson Serpa, para que utilizem as estruturas das secretarias de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, para colocar em funcionamento efetivo a nossa região metropolitana.

Temos 11 regiões criadas por lei por esta Casa. E estamos sugerindo que se inicie esse processo. Esse início pode e deve ser pela grande Florianópolis, em função de os projetos que temos e para que se tenha esse mecanismo jurídico constituído para podermos de fato ter chance de acessar aos recursos que o governo federal está disponibilizando para solucionar não só a questão da mobilidade urbana, que é a mais urgente, mas também recursos para saneamento básico, recursos para abastecimento de água, para a Segurança Pública, para o Projeto Minha Casa, Minha Vida, como bem colocou nesta tribuna o deputado Kennedy Nunes.

Sem dúvida nenhuma, isso será um grande avanço e estaremos transpondo uma dificuldade de caráter jurídico que persiste hoje ainda aqui no estado de Santa Catarina para que possam ser acessados recursos destinados ao enfrentamento de questões metropolitanas.

Portanto, deputado Edson Andrino, parabéns pela sua iniciativa de fazer esse pronunciamento. Ficamos felizes por termos mais colegas também com essa preocupação e esperamos que possamos somar esforços no sentido de ver implantada de fato a Região Metropolitana da Grande Florianópolis, que seria o *start* de avanços que o nosso estado precisa e necessita.

Portanto, esse é o apelo que estamos fazendo. Gostaríamos de poder contar com a solidariedade e

a colaboração dos demais parlamentares para que, junto com o governo do estado, consigamos de fato implementar a Região Metropolitana da Grande Florianópolis e conseguirmos acessar esses recursos que trarão grandes benefícios para a população que vive nessa região. E para termos a oportunidade de resolver questões importantes como a mobilidade urbana, que é um assunto que está na ordem do dia, está na pauta, e que é motivo de preocupação de cada uma das pessoas que têm que vir a Florianópolis e, principalmente, daquelas pessoas que residem e trabalham nessa região e que diariamente perdem um tempo enorme em filas, tendo até que adiar compromissos.

Enfim, há um prejuízo muito grande nessa questão dos deslocamentos e não podemos mais compactuar com esse tipo de coisa. Temos a oportunidade de buscar soluções e precisamos avançar na desobstrução jurídica que acarreta a falta da institucionalização da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de cumprimentar o sr. Luiz Lucio Fossa, vice-prefeito da cidade onde eu tive o privilégio de por três vezes prefeito, Vitor Meireles. Luiz Lucio Fosso foi um dos vices quando eu renunciei em 2003, e ele acabou assumindo a prefeitura na condição de titularidade. E hoje ele e os seus filhos estão aqui em visita ao nosso gabinete e nesta Casa.

Então, desejo ao Luiz Lucio Fosse e aos seus filhos uma boa estada aqui na Casa do Povo de Santa Catarina. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSD, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edson Andrino, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Sr. presidente e srs. deputados, eu não irei usar todo o tempo do partido, mesmo porque acabei de me manifestar da tribuna.

Mas quero aproveitar a oportunidade para dizer que esta Casa indicou o meu nome para que eu a representasse numa comissão de reforma política, em Brasília. E já participei de três reuniões da comissão que é dirigida pelo deputado Cândido Vaccarezza. E lá a Unale, sr. presidente, tem-se manifestado no sentido de propor alguns itens que fazem parte dessa reforma política tão esperada pela nação brasileira.

E o que notamos é que não vai haver reforma política nenhuma. Eu não sei se v.exa. teve a oportunidade de ver hoje no jornal uma matéria dizendo que o Senado acabou de aprovar uma minirreforma política. Que bom que não tivesse aprovado nada.

Então, cada deputado recebeu um questionário da Unale para responder a algumas questões e dar sugestões, para serem entregues a essas comissões, do Senado e da Câmara, que estão tratando da reforma política.

Já vieram alguns questionamentos como financiamento público de campanha, coligação na proporcional e outros itens importantes da reforma política.

Então, estamos aqui, sr. presidente e srs. deputados, decepcionados com o que o Senado aprovou ontem.

Não sei se o presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, teve oportunidade de observar, mas se fala em cavalete em espaços públicos, em diminuição do tamanho da campanha eleitoral, de gastos com os combustíveis. Umas coisas muito supérfluas que não interferem em nada na ansiedade, na expectativa do povo brasileiro com respeito a uma verdadeira reforma política.

Portanto, espero que os nobres deputados respondam a esses questionamentos e encaminhem à Unale.

O SR. PRESIDENTE (Deputado KENNEDY NUNES) (Faz soar a campanha.) - Deputado Edson Andrino, o Senado aprovou a proibição de placas, o envelopamento de veículos e a possibilidade de empresas que prestam serviços às concessionárias públicas fazer doação de campanha.

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Acho que vai pegar muito mal para nós políticos, porque na realidade quem está fazendo a besteira é o Senado. Mas sobra para toda classe política.

Espero que não se aprove nada. Se for para aprovar aquilo que a mídia traz hoje como aprovado no Senado, nesta semana, ontem, é preferível que não se aprove nada.

Esperamos que os srs. deputados respondam a esses questionamentos, no sentido de contribuir com a Câmara e com o Senado para uma reforma profunda.

Temos uma expectativa muito grande com respeito ao voto distrital, distrital misto ou distrital puro, com respeito às coligações na proporcional, o problema do financiamento público de campanha, que é um assunto polêmico, mas um assunto que está na pauta.

Tudo aquilo que é polêmico e que há uma perspectiva de o povo brasileiro ver aprovado... Quanto à fidelidade partidária, estão propondo uma janela para você sair, dois meses, três meses antes da eleição, e trocar de partido. Então, na realidade, estão indo na contramão da expectativa do Brasil, no sentido de se fazer uma verdadeira reforma política e uma reforma eleitoral.

Sr. presidente, solicito mais uma vez aos srs. deputados que respondam a esse questionário e remetam à Unale, para que se possa ter noção do que pensam os deputados de Santa Catarina.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda no horário dos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo inscritos para falar no horário do PSDB, o próximo horário pertence ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham, uma saudação. Quero trazer a esta tribuna mais uma vez o tema educação em Santa Catarina. Mas antes disso, sr. presidente, queremos ressaltar desta tribuna o falecimento do líder Luiz Gushiken, um dos grandes articuladores da criação do Partido dos Trabalhadores. Foi também um grande sindicalista. Participou do sindicato dos bancários de São Paulo; participou também da coordenação das campanhas do nosso ex-presidente Lula.

Ele foi coordenador de várias campanhas, prestou muitos serviços ao nosso país, muitos serviços ao nosso projeto de Brasil do Partido dos Trabalhadores. Uma figura muito denunciada, em boa parte destruída pela grande mídia brasileira, pela nossa oposição. Mas ficou comprovado que não tinha nenhuma participação em todos os processos em que teve denúncia contra ele.

Então, essa é mais uma das barbaridades que se comete neste país, envolver lideranças em denúncias levianas, vazias. E depois se comprova que não tinham nada a ver, mas acabam destruindo a história de pessoas maravilhosas como Luiz Gushiken.

Por isso, queremos prestar uma homenagem da nossa bancada, deputada Ana Paula Lima e deputado Neodi Saretta, que neste momento estão aqui, dos nossos deputados do Partido dos Trabalhadores e também desta Casa.

Voltando ao tema da educação, e já comentei isto na semana passada, aqui, nesta tribuna, fizemos alguns questionamentos e alguma fala com o secretário da Fazenda sobre a aplicação dos 25% na Educação. E aí temos um fato novo, que é uma denúncia encaminhada ao Ministério Público Federal, ao sr. Rodrigo Janot, pelo sindicato dos professores, o Sinte. O sindicato levanta a

denúncia por crime de falsidade ideológica contra o ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro César Filomeno Fontes, porque o conselheiro assinou um documento atestando que o estado cumpre a legislação federal. Inclusive, o próprio Tribunal de Contas, em vários anos, no seu relatório, apresenta parecer questionando que o estado está incluindo os inativos na prestação dos 25% na Educação.

Foi apresentado ao governo federal documento atestando que o estado está em dia e cumpre as suas obrigações. Mas estamos acompanhando aqui, através dos próprios dados do Tribunal de Contas do Estado, que nesses últimos cinco anos mais de 1.2 bilhões faltam ou tem um déficit do estado na aplicação da Educação, conforme legislação federal hoje, que são os recursos do fundo nacional.

É uma questão muito grave que está acontecendo em Santa Catarina, pois foi emitida uma certidão que atestou a aplicação de 26.57% da receita líquida de impostos e transferências pelo governo do estado na Educação.

Pelo art. 212 da Constituição Federal, os estados são obrigados a destinar pelo menos 25% das suas receitas na área.

Então, há uma declaração. E o próprio sindicato está acionando o Ministério Público Federal para acompanhar esta questão de perto. Portanto, esperamos que de fato o Ministério Público Federal faça a sua parte, faça a investigação, porque é uma questão antiga. Todos os anos o Tribunal de Contas do Estado levanta a questão da falta de aplicação dos recursos na Educação.

Já questionamos em outros momentos os recursos que vão para o Fundo Social, porque parte desses recursos falta na Educação, na Saúde. E não temos dúvida de que esse é um dos grandes motivos de a Educação catarinense estar nessa situação, como é o caso de inúmeras escolas em todas as regiões do estado, várias delas inclusive ainda interditadas, onde não se aplica o recurso necessário e constitucional na Educação.

Estamos apresentando um pedido de informação ao governo do estado, porque queremos acompanhar isso de perto.

Sempre tivemos uma grande luta pela Educação brasileira, principalmente na construção das universidades federais. E felizmente tivemos aí avanços significativos nos últimos anos, tanto na expansão da UFSC, quanto na criação da Universidade Fronteira Sul, além da criação das escolas técnicas em quase todas as regiões de Santa Catarina. Falta uma ou outra região ainda ter o seu instituto federal, como São Lourenço do Oeste. E cito também a nossa luta pela Udesc.

Não temos dúvida de que a Udesc, da forma como está no oeste, também deixa muito a desejar. Precisamos de investimentos maiores na educação. Há um problema na Udesc de Palmitos, onde nos últimos dias já ocorreram duas audiências públicas. Precisam-se fazer investimentos.

Na semana passada, em Pinhalzinho, houve um problema na estrutura da Udesc. Desabou parte do teto da escola. Vamos estar inclusive pedindo uma reunião com o reitor para discutir a questão da reestruturação daquela escola, que desde o início já apresenta problemas graves de construção. Então, vamos continuar nessa luta, juntamente com o sindicato dos professores e com as pessoas que querem melhorar a condição da Educação do nosso estado.

Não é possível que continuemos vendo a redução de recursos, o desvio de função, de recursos, que recursos da Educação sejam desviados para outras fontes. Muitas vezes ainda se questiona investimentos federais e tal. E hoje temos certeza de que o Brasil, o governo federal, está fazendo um trabalho importante neste estado. Há muito que fazer. E queremos ver isso por parte do governo do estado.

De discurso, de promessas, a sociedade catarinense está cheia. Então, precisamos de fato da demonstração desse compromisso, a partir da aplicação dos recursos que são da Educação, neste estado. Não dá para admitir que se faça um

discurso, quando na prática estamos vendo esses desvios da Educação para outras áreas.

Era o que queria registrar, mostrando a nossa insatisfação. O próprio ex-presidente do Tribunal de Contas do estado faz uma declaração de que de fato não reconhece nem um parecer do próprio Tribunal nos anos anteriores, que também demonstra que o estado não está aplicando os 25% da receita líquida na Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Continuando ainda com o horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha nesta tarde, quero assomar à tribuna para fazer um registro histórico que julgo de relevante importância para a reflexão das novas gerações da sociedade brasileira.

Hoje, faz 42 anos da morte de Carlos Lamarca, capitão do Exército brasileiro, que lutou em armas contra a ditadura militar. Faço isso porque há ainda no seio da sociedade brasileira e latino-americana, e não por acaso ou acidente, a associação quase automática de militares à ditadura, aos regimes autoritários, ditatoriais. É sempre importante fazer o registro daqueles militares que se posicionaram de forma contrária e foram perseguidos, cassados, torturados e inclusive mortos pelo próprio regime da ditadura militar.

Lamarca é um dos ícones da resistência à ditadura e da luta pela revolução socialista no nosso país. Oficial do Exército brasileiro, de origem modesta, teve a sua vida marcada e redirecionada quando representando o Brasil esteve na Força Humanitária da ONU, no canal de Suez, que divide o continente africano do Oriente Médio. E esteve também representando o Brasil na mesma força humanitária da ONU, na região de Gaza,

também lá no coração do Oriente Médio, região bastante conturbada.

Foi lá, nessa representação do Brasil, através do Exército brasileiro, nessa Força Humanitária das Nações Unidas, que o jovem oficial do Exército brasileiro conheceu de fato e impressionou-se de forma significativa com a miséria humana, onde as criancinhas morriam de fome e de diarreia e nada podia ser feito por um contingente militar da ONU, que estava lá alegando razões humanitárias, mas que na verdade lá mesmo o próprio Lamarca percebeu que o objetivo era político e bastante específico de defender os interesses de monopólios econômicos pertencentes a algumas potências mundiais.

Essa reflexão transformou a vida do jovem oficial Lamarca que regressando ao Brasil tornou-se adepto das causas socialistas. A partir dessas concepções, do golpe militar de primeiro de abril de 64, da continuidade da tentativa de trabalho e de convencimento por dentro do Exército, aliás, golpe que foi feito por meia dúzia de generais a serviço dos monopólios empresariais do Brasil e do mundo, com agentes da inteligência dos Estados Unidos infiltrados e construindo o golpe junto, como temos hoje documentação que registra de forma clara.

Não sendo mais possível em 1969, Lamarca, desertou do Exército e passou a enfrentar através da luta armada o regime militar. Depois de três anos na clandestinidade organizando guerrilhas, foi morto no sertão da Bahia, em 17 de setembro de 1971, e foi morto pelas forças do próprio exército do qual Lamarca fizera parte.

Então, queremos fazer esse registro para que as novas gerações da sociedade catarinense e brasileira conheçam esses fatos da história significativa do Brasil. E homens como o Lamarca, assim como tantas mulheres também depositaram a sua vida, entregaram a sua vida lutando pela liberdade, lutando pela democracia e lutando pela justiça social.

Lamarca foi um dos expoentes desses homens e mulheres que dedicaram a sua vida pelos outros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDNETE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, com muita satisfação usamos o horário do nosso Partido Progressista para falar que no dia ontem estivemos presidindo uma audiência pública, no município de Videira e em Caçador. Audiência que foi solicitada por este deputado e pelo deputado Jean kuhlmann, presidente da comissão de Constituição de Proteção Civil, que nos solicitou que presidíssemos as duas audiências públicas.

Contamos com a presença honrosa, muito solícita e com uma capacidade de desenvoltura muito grande, com respostas objetivas, com propostas objetivas, do nosso secretário da Defesa Civil, ex-prefeito e empresário de Rio do Sul, o sr. Milton Robson.

O sistema de proteção antigranizo dos municípios de Caçador e Videira são dois polígonos e os mais atingidos em toda Santa Catarina, abrangendo 14 municípios, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó e Videira.

Vejam bem, srs. deputados, que pega uma área do polígono protegido de 621.260 hectares. Isso representa seis milhões de quilômetros quadrados, com mais de 200 mil habitantes, com uma proteção agrícola, sem contar aqui a parte empresarial, industrial e urbana. Só na proteção agrícola a média que nós levantamos é de mais de R\$ 750 milhões.

Os prejuízos causados pelo granizo em média é 20% sobre esse valor. Pela experiência e pela estatística que temos nos idos dos anos, o custo médio anual do sistema antigranizo é de três a oito por um hectare de área protegida.

Então, vejam que é muito importante, porque na estimativa, se ele mantém hoje uma eficiência de

70% na área agrícola e 100% na área urbana, isso representa um, numa proporção no custo/benefício um por 24.

Então, aplicam R\$ 1,00 e garantem R\$ 24,00, protegendo a região toda nas culturas da época. A nossa incidência lá é muito grande, do período de setembro até abril, maio, que é a grande incidência de granizo.

Alguém pode perguntar por que são os dois polígonos, Caçador e Videira, perfazendo os 14 municípios. É porque há uma corrente de vento frio que vem da Argentina, entrando pelo Rio Grande do Sul, atingindo principalmente o meio-oeste catarinense e quando não o sul, onde já tivemos aquele tornado.

Mas a formação de granizo é com maior incidência nessa região, onde ela atinge numa linha partindo de Tangará, subindo a serra até Matos Costa e naturalmente de Salto Veloso a Lebon Regis.

Portanto, é uma região bastante específica e de fácil controle. Esse sistema de antigranizo são queimadores ou geradores, como chamamos, utilizando um tubo queimador/gerador, um tubo que é o reagente ativo, que é o cloreto de prata. Nessa composição com o nitrato de prata elevam-se os gases que atuam até quatro mil metros, diminuindo o tamanho do granizo.

Portanto, essa precipitação diminui 70% a possibilidade de danos na agricultura, principalmente.

Em nossa região temos um grande técnico, um russo que veio quando o Brasil importou o primeiro que ainda está instalado em Lebon Regis o primeiro equipamento de radares russos. Nós o importamos junto e continua atuando até hoje, orientando e oferecendo o seu produto agora da nossa região. Nós temos um custo, é claro, mas o benefício é muito maior.

A nossa audiência pública de ontem reuniu todos os prefeitos da região. Só não compareceu a prefeita de Calmon e o prefeito de Timbó Grande, que justificou sua ausência, porque houve um acidente na estrada, que interrompeu a estrada de

terra que liga Timbó Grande a Caçador, e não houve condição para passar. A prefeita de Calmon não justificou a ausência e também não mandou representante. É lamentável, porque também são beneficiados por esse sistema.

É um sistema que tem hoje o custo mínimo de R\$ 3.111.316,23. E por que essa fração de quebrados? Porque é calculado de acordo com o orçamento, inclusive com o combustível que será gasto quando da parte operacional, como energia elétrica, deslocamento, alimentação etc.

É um cuidado de 24 horas por dia, acionado com rádios. O sistema central está em Lebon Régis, na divisa com Fraiburgo. E quando o radar detecta uma nuvem possivelmente de granizo, é acionado um sistema de comunicação via rádio ou telefone. E imediatamente todos acionam o sistema de queimadores e fecha-se o círculo.

Agora, precisamos implantar no sistema total 139 queimadores em toda essa região, nos 14 municípios, porque com toda certeza é um sistema muito eficiente.

O secretário teve a oportunidade de ouvir os proprietários rurais, empresários, grandes agricultores, pequenos agricultores, agropecuários, que comprovam a importância e a eficiência desse sistema no controle do granizo. É um sistema simples. São dois botijões, um com reagente e outro com ar comprimido, que impulsionam o reagente que através de um queimador lança os gases. Portanto, é o único no Brasil que não tem contraindicação ou qualquer agressão ao meio ambiente.

E amanhã o nosso secretário terá uma audiência com o governador e levará a preocupação da participação do estado nesses valores para socorrer essa gente. É claro que vai haver participação dos municípios, das empresas, dos agricultores, mas precisamos fazer como diz o gaúcho, uma vaquinha ou uma vaca maior, para proteger toda aquela região.

Parabéns, sr. secretário, pelo seu pronto ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo no tempo do meu partido, PSD, falar de dois assuntos. O primeiro diz respeito ao encontro que participei, deputado Valmir Comin, com o presidente da Frente Parlamentar do Varejo e das Micros e Pequenas Empresas de Santa Catarina, promovido pelas entidades empresariais, como a Fecomércio, a Fiesc, a CDL, a Facisc, deputado Jorge Teixeira, no Resort do Sesc, em Cacupé, aqui em Florianópolis.

Lá tivemos a presença do presidente do Sebrae, de deputados que trabalham o tema das micro e pequenas empresas do Brasil, de São Paulo e de outros estados. E esse evento também foi articulado pelo nosso ex-deputado estadual e hoje deputado federal, Jorginho Mello, deputado Dirceu Dresch.

Participamos de debates, reuniões e painéis tratando desse tema que é de fundamental importância para Santa Catarina e o Brasil.

Nós sabemos que na gestão da presidente Dilma Rousseff avançamos, e houve um reenquadramento, ampliando o teto de faturamento das microempresas. E com a elevação desse teto de faturamento mantiveram-se no Simples mais de 300 mil empresas.

Também sabemos que a Lei do Supersimples é muito boa, mas carece de algumas modificações. Ou melhor, precisamos adequar a Lei do Supersimples das microempresas.

E aí foi colocada nesse evento, sr. presidente, a necessidade urgente de trabalharmos o Simples Trabalhista para o Brasil. Eu posso falar desse assunto porque atuei no ministério do Trabalho durante alguns anos. Existe, hoje, uma

condição diferenciada tributária para as micro e pequenas empresas de crédito, mas, infelizmente, deputado Jorge Teixeira, as pequenas e microempresas têm o mesmo tratamento que tem uma grande multinacional. E não é justo que uma microempresa que tem dois funcionários tenha o mesmo tratamento que tem uma multinacional com, por exemplo, dez mil funcionários. Há alguma coisa errada! Não pode ser a mesma legislação!

E aí defendemos o Simples Trabalhista que consta na Constituição, mas que carece de uma regulamentação, porque precisamos desonerar a produção e tributar a especulação neste país. E o Simples Trabalhista vai dar uma condição diferenciada, vai desonerar as micro e pequenas empresas ainda mais no Brasil.

Também foi defendido pelo presidente da Fiesc o mecanismo de transição das pequenas e microempresas para o sistema de tributação normal, deputado Dirceu Dresch, porque hoje, da forma em que está, as empresas são incentivadas, deputado Reno Caramori, a permanecer como micro e pequenas empresas, porque quando passam para o sistema normal de tributação a diferença tributária é gritante, é muito grande.

Então, precisamos discutir a possibilidade da criação de uma zona de transição, de mecanismos para as micro e pequenas empresas terem um incentivo de crescer.

Sr. presidente, nós, na Assembleia Legislativa - e secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, gerida pelo deputado federal Paulo Roberto Bornhausen, já está discutindo e elaborando -, vamos fazer, com certeza, uma série de audiências públicas no estado para debater profundamente com as associações de micro e pequenas empresas catarinenses o Estatuto da Micro e Pequena Empresa para Santa Catarina.

Então, assim que esse projeto chegar nesta Casa, e esperamos que seja ainda este ano, com certeza vamos provocar um grande debate no Parlamento Catarinense e, sobretudo, nas cidades pólos do estado de Santa Catarina.

Queremos dizer que vamos ter agora o Enconampe, que é o congresso anual que vai ser realizado em Joinville, sendo que o governador Raimundo Colombo já confirmou a presença. Esse é um evento de debate, discussão, palestras e troca de experiências que reúne todas as associações de micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina, que reúne centenas ou milhares de empresários do nosso estado.

E quando falamos de micro e pequenas empresas, sr. presidente, estamos falando de um segmento que é responsável por 20% do PIB brasileiro. Mas podemos crescer muito mais. Na Espanha, por exemplo, as micro empresas são responsáveis por 40% do PIB espanhol. Estamos falando de um segmento que gera 60% dos empregos brasileiros, estamos falando de 99% das empresas do nosso país.

Portanto, sem dúvida alguma, deputado Dóia Guglielmi, as micro e pequenas empresas acrescem nossa economia, geram milhares de postos de trabalhos sustentáveis no nosso país. Por isso, elas merecem e sempre tiveram desta Casa o nosso respeito, o nosso apoio, o nosso incentivo e o nosso trabalho.

Parabenizo, portanto, para finalizar esse tema, o governador Raimundo Colombo, que criou na sua gestão, por sugestão nossa, transformou uma gerência numa diretoria da micro e pequena empresa na secretaria do Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Esperamos que essa diretoria fosse um embrião da criação de uma futura secretaria da micro e pequena empresa em Santa Catarina, na esteira do que foi feito pelo governo federal, pela presidente Dilma Rousseff, que criou o ministério da Micro e Pequena Empresa no Brasil, que tem sua gestão dirigida pelo ex-deputado federal Domingos Afif, membro do PSD. Ele é um profundo conhecedor desse tema no Brasil.

Sr. presidente, deputado Sargento Amauri Soares, neste momento tenho a oportunidade de falar sobre o Projeto Reviver que o governador Raimundo Colombo lançou em parceria com a Assembleia Legislativa. Em parceria, porque esta

Casa transformou a Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas em uma comissão presidida pelo deputado Ismael dos Santos, que vem fazendo um excepcional trabalho em Santa Catarina. Realizou audiências públicas em todas as cidades pólo do estado de Santa Catarina, promovendo um levantamento de dados e informações fundamentais para definições de estratégia de políticas públicas nesse setor, nessa área.

Portanto, sr. presidente, esse Projeto Reviver é um projeto que foi gestado pelo governo do estado, mas que teve as sugestões do Parlamento catarinense, uma participação do deputado Ismael dos Santos, dos membros da equipe de prevenção e combate às drogas. Parece-me que a deputada Ana Paula Lima faz parte dessa comissão como vice-presidente. A comissão e seus membros estão de parabéns pelos trabalhos que realizam.

O governador vai disponibilizar R\$ 2,5 milhões para ser feito um trabalho de prevenção e de recuperação dos dependentes químicos de Santa Catarina. Também está abrindo a possibilidade da compra de vagas nas instituições de recuperação dos dependentes químicos, que são muitos no estado, mas que na sua maioria trabalham com pires na mão, com muitas dificuldades. E as igrejas, o voluntariado, a sociedade civil organizada são os que realizam esse trabalho.

Sabemos que as drogas são o mal desse século. E que precisamos conjugar forças, precisamos fazer um trabalho de parceria com todas as forças vivas da sociedade, o poder público, a iniciativa privada, o voluntariado, a sociedade civil, para que possamos vencer essa guerra.

Eu tenho atuado também nessa área. Minha esposa se aposentou depois de muitos anos trabalhando no projeto Porto Seguro, na prefeitura de Joinville, como funcionária de carreira, tirando pessoal da rua, encaminhando. E realmente quem teve alguém na família, ou que tem um amigo, que teve alguém que teve contato com as drogas, sabe do que estou falando.

As drogas são o mal deste século. E precisamos trabalhar duro em primeiro lugar, no sentido da

prevenção, da recuperação dos dependentes químicos e do combate aos traficantes, de forma incisiva e dura, porque as drogas estão dizimando a nossa juventude e a nossa geração.

Então, era isso, sr. presidente. E quero parabenizar a comissão de prevenção e combate às drogas pelo excelente trabalho que realiza. Quero também parabenizar o governador Raimundo Colombo que se sensibilizou e colocou em prática o Projeto Reviver, um projeto que há muitos anos nós esperávamos que o governo do estado pudesse atuar fortemente na área.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Esta Presidência tem a honra de fazer o registro dos alunos da sexta fase de Engenharia Ambiental e Sanitária da Unibavi, na cidade de Orleans, que estão sob a responsabilidade da professora Mariole Mendes. Sem bem-vindos a esta Casa e que todos possam estar acompanhando o trabalho dos deputados.

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios 0492, 0045, 0047, 0121, 0148, todos de entidade social.

Neste momento passo a Presidência ao deputado Joares Ponticelli, para que conduza os trabalhos da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Daremos sequência, portanto, à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável também aos Ofícios n.s: 0233/2013, 0287/2013, 0288/2013, 0292/2013, 0294/2013, 0297/2013, 0335/2013, 0366/2013,

0423/2013, 0424/2013, 0436/2013, 0464/2013,
0477/2013, 0485/2013, 0534/2013, 0550/2013,
0551/2013, 0553/2013, 0563/2013, 0564/2013,
0569/2013, 0573/2013, 0581/2013, 0583/2013,
0584/2013, 0585/2013 e 0653/2013.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0467/2012.

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0587/2011 e 0600/2012.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0045/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, dispõe sobre o concurso literário Poesia na Escola, na rede estadual de ensino.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0064/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre medidas de proteção ao consumidor quando da desativação, cancelamento, transferência ou aquisição de linhas de telefonia fixa ou móvel, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0470/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Comunitários de Sombrio.

Foi apensado a este processo o PL/0277.6/2012.

Ao presente projeto foi apresentada Emenda Substitutiva Global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0582/2013, 0584/2013, 0585/2013, 0586/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0583/2013, 0587/2013, 0588/2013, 0589/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0590/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, conforme determina o art. 26 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0987/2013, de autoria do deputado de Marcos Vieira; 0988/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0989/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0990/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0991/2013, 0992/2013 de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0993/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0994/2013, 0995/2013, 0996/2013, 0997/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0998/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Pedido de Informação n. 0090/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao reitor

da Udesc, solicitando informações referentes à comissão que, através de grupo técnico, faria estudos de quais e quantos cursos seriam implantados no campus de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0091/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao valor mensal investido na manutenção e desenvolvimento do ensino no estado, de janeiro de 2011 a agosto de 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de tecer alguns comentários sobre assuntos que julgo importantes. Alguns dos quais, ou a maioria deles, já acabaram de passar aqui sob a forma de pedido de informação ou de indicações que entendo serem importantes. Também quero tecer alguns comentários para deixar isso mais explicitado e para que as soluções cheguem talvez com mais agilidade.

Um deles diz respeito à questão de um laboratório de análise de química, de solo, que é mantido pela Cidasc, em parceria com o Instituto Federal Catarinense, no campus de Concórdia.

As notícias dos últimos dias dão conta do fechamento desse laboratório. Aliás, prosseguindo a política de esvaziamento das nossas empresas públicas, da Cidasc, da Epagri e outras entidades, leva-nos a propor a criação de uma frente parlamentar em defesa do serviço público.

Estamos propondo essa frente na Assembleia Legislativa, mas queremos trazer o apelo nesta tribuna para que a Cidasc e o governo do estado revejam esses encaminhamentos que estão na empresa e que o serviço de análise do solo tão importante para o município de Concórdia e para sua região possa ser utilizado e que possa continuar sendo mantido esse laboratório.

Nós também queríamos tecer um comentário sobre um pedido de informação a respeito da Udesc, porque no ano passado ou retrasado, temos até fotos circulando nas redes sociais, se fez uma inauguração simbólica, inclusive foi descerrada uma placa, e essa placa está com dificuldades de ser localizada.

Então, é uma preocupação. E na semana passada, quando aqui estava o reitor da Udesc, falou-se da necessidade de ela cumprir compromissos históricos. E um desses compromissos históricos é a instalação de uma unidade na região do meio-oeste, tão pedida e solicitada por aquelas comunidades.

Também quero fazer uma referência a uma proposição que fizemos ao governo do estado, a respeito do município de Maravilha que tem uma UTI e que tinha um convênio com o estado que não foi renovado. Desde 2012 esse convênio não é renovado.

O hospital já integra a rede de urgência e emergência. Esse hospital tem 100 leitos, sendo dez de UTI e destes sete são cadastrados pelo SUS, o que garante o atendimento necessário para a região.

Portanto, estamos fazendo um apelo ao governo do estado para que faça esse convênio com o hospital e possa manter essa UTI tão importante.

Aliás, em termos de UTI temos feito uma defesa não só aqui na Assembleia Legislativa, mas já falamos inclusive com o governador sobre isso, com

o secretário da Saúde, que é também a necessidade da região do meio-oeste de Santa Catarina ter uma UTI neonatal, sendo que as UTIs que atendem à região do meio-oeste são de Curitibanos e Concórdia, mas toda a região do meio-oeste não tem nenhum leito de UTI neonatal. E seria importante e fundamental que ali também tivesse. Então faço um apelo para que o governo do estado possa pensar nisso.

Mais do que nunca o tema saúde tem estado na pauta dos municípios, dos estados e da união. São discutidos aqui os novos pactos, a implantação das redes de urgência e de emergência, as novas redes que estão sendo implementadas e os novos recursos que estão sendo discutidos, a exemplo dos *royalties* do pré-sal, que parte deles será destinada para a Saúde.

Acho que é a hora de as nossas entidades e o governo do estado, com os municípios e junto com o Ministério da Saúde, buscarem aparelhar melhor as nossas diversas regiões, ter uma estrutura em cada uma das microrregiões de Santa Catarina, para de fato, deputado Serafim Venzon, haver uma diminuição desse deslocamento muito grande de ambulancioterapia e de outras formas de transferência de pacientes, deixando o tratamento fora do domicílio só para os casos realmente de maior complexidade, já que sabemos que nem todo o tratamento poderá se levar para todas as cidades.

Então, fizemos esse apelo em relação à UTI de Maravilha, tão importante e fundamental para aquela região.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero trazer à tribuna dois temas que julgo extremamente importantes, um deles trazendo uma situação infelizmente triste, que é o que passa uma unidade da Udesc, no município de Pinhalzinho.

Sabemos do grande esforço que as lideranças regionais fizeram e obtiveram para que se abrisse nesse município uma unidade para o atendimento de uma das vocações extremamente importantes da nossa região, que seria referente à engenharia de alimentos.

O curso foi aberto em 2004, e de lá para cá já tem formado 150 acadêmicos que passaram por aquele espaço, mas infelizmente o prédio onde funciona o curso desde que foi inaugurado passa por situação lamentável, tendo em vista que na semana passada foi feita uma grande denúncia e suspensas todas as atividades naquele espaço reservado para o Curso de Engenharia de Alimentos.

Peço à assessoria da Assembleia Legislativa que mostre algumas imagens do espaço onde os alunos frequentam as aulas, para que pudéssemos acompanhar o estado lastimável das salas de aula.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Vejam, srs. deputados, a situação em que se encontram as salas de aula. Tem até uma foto da manifestação realizada pelos estudantes, com relação ao espaço reservado aos alunos do Curso de Engenharia de Alimentos, no município de Pinhalzinho.

O *Jornal A Sua Voz*, de Pinhalzinho, encabeçado pelo repórter Diego Kirch, levou essa denúncia a público. E esperamos que se possa resolver essa situação. Até quero registrar o esforço incansável do grupo de professores e funcionários desse espaço da Udesc, que mesmo diante dessa situação caótica têm levado adiante as aulas do curso de Engenharia de Alimentos.

Esperamos que se possa tomar uma atitude imediata e que possamos resolver essa situação caótica por que passa essa unidade da Udesc, no município de Pinhalzinho, situação denunciada pelo repórter Diego Kirch, no *Jornal A Sua Voz*, aliás, diga-se de passagem, o único instrumento, a única ferramenta de comunicação, o único veículo de comunicação que teve a coragem, a ousadia de fazer essa denúncia em nível de região.

Fora isso, eu gostaria também de socializar outra realidade. O *Jornal Nacional*, no último

sábado, trouxe uma matéria extremamente importante que hoje ganha uma dimensão extraordinária, que é a agricultura urbana.

Estamos prestes a receber também nesta Casa um projeto de lei, que discutimos juntamente com o governo, para que possamos adotar no estado de Santa Catarina o programa da agricultura urbana para, de uma forma ou de outra, ampliar esse tão importante trabalho de aproveitamento de terrenos baldios, principalmente nos grandes centros, e torná-los, além de ocupados, produtores de alimentos. Eles podem servir para a subsistência e, ao mesmo tempo, também podem servir como um adicional de renda para as famílias que vivem nos setores urbanos.

Gostaria de pedir que a assessoria também exiba o vídeo mostrando essa reportagem exibida no último sábado no *Jornal Nacional*.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Acredito que essa reportagem serve para ilustrar a importância da ocupação de uma infinidade de terrenos no setor urbano, principalmente nos grandes centros, para a produção de alimento. E, diga-se de passagem, alimentos de qualidade, sendo que hoje as grandes exigências dos nossos consumidores são por alimentos de qualidade, saudáveis. E aqui está a oportunidade de se produzir um alimento orgânico que pode contribuir na qualidade de vida das pessoas, famílias, instituições e, ao mesmo tempo, também servir como um adicional na renda de muitas famílias que vivem no setor urbano. E pode servir até mesmo para uma terapia ocupacional. Pessoas podem dividir parte do tempo no seu trabalho normal e nessa terapia ocupacional - quando talvez estejam sem o que fazer, podem se ocupar nessa produção de alimentos.

Então, estamos nesse aguardo do projeto que está para chegar do governo do estado, para que possamos também não só acompanhar esse projeto, mas em seguida contribuir na sua aplicação nos grandes centros urbanos do nosso estado.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de registrar a presença nesta Casa dos alunos do 10º semestre do curso de Direito da FURB, do município de Blumenau, juntamente com os professores Paulo Schmidt e a professora Giseli, que estão aqui acompanhando esta sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência associa-se a v.exa. e registra a presença dos colegas estudantes.

Eu também, deputado Neodi Saretta, sou estudante de Direito desde 1995. Evidentemente que não estou reprovando esse tempo todo, mas estou com a matrícula trancada há 15 anos, desde que assumi o mandato nesta Casa.

Sejam todos bem-vindos, tenham um bom proveito na visitação à nossa Assembleia, no dia de hoje.

Com a palavra o eminente deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, demais deputados, sra. deputada, quem nos acompanha nesta tarde de terça-feira.

Estudantes que visitam esta Assembleia Legislativa, quero fazer referência aqui, deputado Neodi Saretta, a um episódio, a um fato importante ocorrido no estado de Santa Catarina, ou realizado pelo estado de Santa Catarina, pelo governo do estado, que tem dado poucas notícias, ou praticamente não deu notícia, não foi divulgado muito publicamente, que é o resultado final do processo licitatório para escolher a organização social que deve administrar o Hospital Florianópolis, deputada Ana Paula Lima.

Não vejo o deputado Volnei Morastoni e outros deputados da comissão de Saúde, os quais estavam na reunião com a Câmara Municipal de Araranguá, aqui nesta Assembleia, há umas três semanas.

O que me espanta, além do fato em si, que é a continuidade da tentativa de privatização do

serviço público por parte do governo do estado, é quem ganhou a licitação.

Duvido v.exa. adivinhar, deputada Ana Paula Lima. É a SPDM, o mesmo grupo privado que faz questão de se definir como empresa. A mesma empresa que já administra aqui no estado de Santa Catarina, que já enrola aqui, no estado de Santa Catarina, o serviço móvel de urgência Samu.

É inaceitável o que a SPDM faz em termos de maus serviços prestados, em termos de desrespeito à população de Araranguá, em termos de desrespeito às autoridades municipais constituídas e às organizações da sociedade civil da cidade de Araranguá, em termos do deboche com que tratam a saúde pública no estado de Santa Catarina. E ganharam a licitação para administrar o Hospital Florianópolis, um hospital fechado há quatro anos, para reformas.

Em quatro anos não deu tempo para o governo fazer um concurso. Aliás, os servidores de lá que eram do estado foram mandados embora. Foram mandados trabalhar em outros hospitais. E agora essa mesma empresa ganha a licitação do Samu. Sinceramente, existem coisas que não conseguimos entender.

Sou contra a toda e qualquer privatização dos serviços essenciais em especial, do petróleo também.

Se vale dizer, só falam do governo estadual. Mas estou falando do federal também. E temos que falar sobre a licitação do petróleo, com mais tempo.

Como privatizar o serviço e serviço essencial da saúde, no estado de Santa Catarina, e perceber que não tem nenhuma organização social, das tantas que existem no estado de Santa Catarina, capaz de ganhar a licitação? E ganha de novo a SPDM, tão condenada e tão procurada no estado de São Paulo?

Temos aqui um manifesto do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e contra as privatizações. É um convite. Mas esse pessoal é tão bom que quando faz um convite já faz logo um manifesto. Evidentemente que estão indignados com essa situação.

Estão-nos convidando para uma reunião no dia 23 de setembro, no Colégio Otília Cruz, na Coloninha, bairro onde fica sediado o Hospital Florianópolis. Eles estão espantados justamente pelas mesmas razões pelas quais estamos-nos espantando aqui.

Seria importante enviarmos uma carta, um ofício, à Câmara Municipal de Araranguá, dizendo que o governo do estado não vai mandar a SPDM embora e está fazendo novos contratos com essa empresa.

Quero repetir aqui, quiçá que o governador Raimundo Colombo em pessoa ouça, pois se têm constituído no Brasil verdadeiras máfias de parasitagem do dinheiro público na área de Saúde, através dessas políticas de privatização. Uma delas está se encalacrando no estado de Santa Catarina. E tendo em vista que, se ela ganha as licitações no estado de Santa Catarina, começa o negócio a ficar mais do que suspeito. Dá a impressão de que o governo não pode colocar ordem nesta Casa. E aí não tem como eu não pensar em possíveis motivos não publicáveis para essa atitude.

A insistência em garantir que parasitas que tratam mal a saúde, que faliram vários hospitais no estado de São Paulo, que estão com mais de dois mil títulos protestados pelo Brasil afora, sejam os melhores no processo licitatório realizado no estado de Santa Catarina.

É um absurdo que continue assim e que o governo do estado de Santa Catarina não cumpra a lei, porque inclusive a Justiça já determinou que cesse esse processo no estado de Santa Catarina, e tem decisão do Supremo, a respeito do Samu.

Quero falar nestes três minutos, mais uma vez, da negociação salarial dos servidores da segurança pública.

Já falei outras vezes de certo bolo que se está construindo no palácio, chamado subsídio, um bolo cujo conteúdo tem provocado preocupação à maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Desde o mês de maio se discute esse assunto. E a Aprasc já realizou duas assembleias. Nas duas assembleias a categoria disse não à proposta de subsídio. Depois, o governo veio e apresentou a proposta de subsídio como sendo a sua proposta, e estava disposto a negociar essa e outras questões com o conjunto dos servidores. E a Aprasc, então, reabriu o debate, sempre disposta ao diálogo, como está correto e como sempre foi, colocando outros elementos também importantes com o segmento da segurança pública, para a segurança da sociedade e para os praças em particular. Um desses quesitos trata da carreira.

Se o governo quer mudar a modalidade de pagamento de soldo para subsídio, se isso interessa às cúpulas da Segurança Pública, aos delegados, em especial na Polícia Civil, e aos oficiais da Polícia Militar, se querem esse tal de subsídio com paixão, é necessário que discutamos uma forma de mudar questões importantes dentro da estrutura da segurança pública, no sentido de atender às demandas históricas da maior categoria de trabalhadores da segurança pública, que são os praças.

Aí, colocou-se dentro desses elementos mudanças na carreira dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, com promoção automática a cabo e a terceiro sargento, dependendo do tempo de serviço, porque, agora, depois que houve mudanças importantes na Polícia Civil, os praças são os únicos que entram soldados e ficam ali por mais de 20 anos. Há soldados com mais de 20 anos de tempo de serviço, apesar de todas as mudanças que já se buscou fazer, e em certa medida se conseguiu.

A Aprasc quer mudar isso radicalmente, mas adivinhem quem está freando esse processo? O comandante da Polícia Militar que não quer promoção dessa forma, com essa modalidade, uma promoção automática. Por outro lado, quer resolver a sua vida salarial para todo o sempre, com R\$ 26.000,00 apenas de salário, mas quer manter o soldado com um salário que não é tão atrativo.

Então, estamos nesse impasse. E o governo pergunta por que não sai; todos perguntam por aí

por que não sai. Não sai porque se quer para a cúpula o melhor salário do mundo. E para o soldado, que é a maioria e está na linha de frente, o salário fica praticamente igual, muda muito pouco. E isso ainda para pagar em dois anos e meio. Não querem ceder também em termos de outras questões importantíssimas para esse segmento da Segurança Pública, que são os soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Então, com esse nível de impossibilidade de se avançar na negociação, parece que vai chegar o Natal e ficaremos no zero. Parece, infelizmente! Gostaria que pudéssemos avançar um pouco mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença do amigo Décio Schneider, diretor proprietário do *Jornal Cedrense*, do prefeito de Tigrinhos e do prefeito de São Miguel da Boa Vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença de todos.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, realmente existem coisas que são incompreensíveis, como mencionou aqui o deputado Sargento Amauri Soares sobre a questão do praças. Mas quero me ater a uma demanda.

Não somente esta deputada, mas todos os deputados e deputadas receberam o documento assinado pelo Sindicato dos Policiais Civis de Santa Catarina - Sinpol, que está em constante pedido de negociação com o governo deste estado.

Esse documento traz importantes reflexões sobre a carreira dos policiais civis, o quadro de policiais na ativa e busca apoio destes

parlamentares visando garantir espaços de negociação com o governo do estado.

Todos nós estamos cientes de que a insatisfação da sociedade e a preocupação da sociedade com a segurança pública é uma demanda de todos os municípios e de toda a população catarinense.

Diariamente, a sociedade nos cobra mais efetivo, mais estrutura de trabalho, mais valorização dos profissionais da segurança, mais câmeras de vigilância, mais combate e prevenção às drogas e acrescento ainda a necessidade de políticas públicas de inclusão social, que permitam oportunidades, especialmente à nossa juventude.

Nesses últimos dois anos vivemos momentos tensos na segurança do nosso estado. Tivemos duas ondas de ataques criminosos à sociedade, inclusive o julgamento dos acusados iniciou nesta semana, na cidade de Itajaí.

Levantamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública indica aumento de 2,17% no número de homicídios dolosos - aqueles com intenção de matar -, nos seis primeiros meses de 2013, em comparação ao mesmo período do ano passado. Em todo o estado o número de assassinatos passou de 368 casos para 376, oito a mais em números absolutos.

Por isso, é preciso prestar atenção às reivindicações dos policiais civis de Santa Catarina e também dos nossos policiais militares.

Diz a carta aos parlamentares que os policiais civis catarinenses estão mobilizados objetivando resgatar a dignidade de profissional e o reconhecimento da essencial Polícia Civil, tendo como primeiro passo a justiça salarial.

Neste sentido manifestam o descontentamento e rejeição à atual proposta salarial anunciada pelo senhor secretário da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni. Tal proposta não contempla os valores salariais e a compactação de classes que pleiteiam, bem como aumenta o abismo salarial entre os policiais civis de base e os delegados de Polícia.

Diz o documento que a diferença entre agentes e delegados, na proposta do governo, fica em torno de R\$ 5.700,00.

No entanto, demonstrando boa vontade para um entendimento, o Sinpol de Santa Catarina apresentou sua contraproposta, considerando que atualmente na Polícia Militar são 15 graduações e na Polícia Civil são 12 classes.

Os policiais civis sugerem a criação do quadro administrativo na Polícia Civil de Santa Catarina, assim como já existe na Polícia Federal. Sempre lembrando que a equivalência da Polícia Civil, ou seja, a polícia judiciária estadual se dá com a Polícia Federal no âmbito da união, onde a investigação criminal é a atribuição central.

A Polícia Federal já recebe na forma de subsídio, possui somente quatro classes nas carreiras de base e tem como remuneração inicial em torno de R\$ 7.500,00.

Nesse entendimento a estrutura de carreira da base da Polícia Civil deve ser enxugada e nivelada por cima, na questão salarial. Por conta da visão equivocada dos governantes estaduais, a Polícia Civil catarinense vem nos últimos anos sofrendo um encolhimento e envelhecimento.

De 2007 a 2013, 947 policiais civis deixaram de exercer a função por motivos de aposentadoria, pedidos de exoneração e outros. E nesse mesmo período o estado contratou 1.363 novos policiais.

Atualmente a nossa Polícia Civil catarinense possui um efetivo apenas de 3.460 policiais, dentro de uma previsão legal de cerca de seis mil policiais. Sendo que desses 3.460 policiais que estão na ativa, cerca de 800 já possuem mais de 30 anos de serviço. Ou seja, eles podem se aposentar a qualquer momento. Pleiteiam então um eixo central de suas reivindicações, a remuneração na forma de subsídio e compactuação, ou síntese de classe, de oito para quatro em promoções automatizadas, trazendo os salários dos policiais civis para um patamar de direito.

Então, eles solicitam a nossa sensibilidade. E deste Parlamento, a atuação junto aos secretários de estado, principalmente da Fazenda e da

Administração, para que possam corrigir essas distorções históricas e assim contribuir para o salto de qualidade na Polícia Civil catarinense, com base principalmente na valorização das pessoas dessa essencial instituição que para nós é muito cara.

Assina o documento a diretoria do sindicato dessa categoria.

O governo do estado, srs. parlamentares e público catarinense, tem que prestar atenção em construir uma solução conjunta para as reivindicações dos policiais civis de Santa Catarina.

Faço parte da comissão de Segurança Pública desta Casa, presidida pelo deputado Maurício Eskudlark, na qual teremos uma audiência amanhã. E creio que a comissão de Segurança Pública, junto com o deputado Maurício Eskudlark e outros parlamentares, possa fazer uma intermediação entre a Polícia Civil e o governo do estado e assim evitar uma greve, porque esses policiais civis há muito tempo estão querendo fazer essas negociações. Eles paralisaram neste ano e voltaram ao trabalho, porque eles acham que essa proposta que o governo apresentou não é satisfatória. Eles fizeram uma contraproposta. E acho que podemos interceder para haver uma melhor maneira possível.

Não tanto ao céu e não tanto a terra. Mas o impacto financeiro da proposta do estado e do sindicato são muito diferentes.

Por isso, podemos convergir entre as duas propostas. Elas têm visões diferenciadas, que podem ser resolvidas numa intensa mesa de negociações, onde o governo tem que ter a capacidade de ouvir as reivindicações dessa categoria.

Não somente a comissão de Segurança Pública desta Casa, mas os demais parlamentares, o líder do governo, podem interceder, para que possamos, numa mesa de negociação, a ouvir a categoria e fazer a síntese dessas duas propostas, tanto do governo quanto do sindicato, para melhorar a proposta para essa categoria que é imprescindível também na segurança pública de Santa Catarina.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, por coincidência, eu tinha estudado os gráficos de homicídios do estado de Santa Catarina, em razão de um convite que a comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa recebeu para participar de uma audiência, na próxima segunda-feira, no estado do Ceará.

A população do Ceará está muito preocupada com a questão dos homicídios. Vejam que o estado do Ceará tem uma população um pouco maior do que Santa Catarina, quase a mesma população, pois a diferença é pouca.

O estado do Ceará tem registrado números alarmantes em termos de homicídios, enquanto o nosso estado oscila em torno de um pouco mais de 700 homicídios por ano. Temos, no estado do Ceará, 3.700 mil homicídios por ano, um número assustador.

Recebi um telefonema de uma promotora de Justiça do estado do Ceará, pedindo para eu participar, como membro da comissão de Segurança da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, de uma audiência pública que está prevista para segunda-feira e terça-feira, no Ceará.

O total de homicídios cometidos nos primeiros oito meses deste ano somam 2.670, no estado do Ceará, e aproxima-se dos 3.571 praticados no ano de 2012. A diferença é 901 mortes.

Relatava a promotora de Justiça do estado do Ceará que em uma delegacia de Polícia, somente em uma delegacia, existem 300 autos de exames cadavéricos engavetados, sem nenhuma investigação.

Eu digo isso exatamente para fortalecer a segurança pública do nosso estado e mostrar como é importante termos uma Polícia Militar e uma Polícia Civil atuante, efetiva, no combate à criminalidade. Para se ter uma ideia, tenho

comigo uns gráficos da criminalidade em nosso estado. E peço à assessoria da Casa para colocá-los no telão.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Em 2011, tivemos 759 crimes; em 2012, 749; em 2013, estamos com 479 crimes. São números muito baixos em nível de Brasil. O ideal seria zero. É o que todos queríamos, mas os nossos números de homicídio em nível de Brasil são os menores possíveis.

Os números de latrocínios também são baixos. Então, o estado de Santa Catarina, em termos de Polícia Civil, nos casos de investigação, serve de exemplo para o nosso Brasil.

Na solução de crimes, na resolutividade, como chamamos, em 2012, a média do estado foi de 58,77%, quase 60% de casos solucionados. Em Florianópolis, chegou a 71,43%.

Em latrocínio no estado tivemos 72% de casos resolvidos, e na capital, Florianópolis, 100% foram solucionados, tiveram solução e com certeza a identificação e prisão de seus autores.

Em 2013, tivemos os índices no estado ainda aumentados em solução de homicídios, passando para 60,54%, e na Grande Florianópolis para 66,67%. Nos crimes de latrocínio, também em nível de estado, tivemos 71% de solução, e em nível de Florianópolis 100% de solução.

Então, esses índices mostram a importância de se ter uma Polícia Civil e uma Polícia Militar atuante para a prevenção e atuação logo após o crime, mas, principalmente, para a investigação daqueles crimes que não têm a sua solução imediata para que a sociedade não fique sem resposta.

Então, em Florianópolis, a partir de 2007, mudamos a forma de investigação quando tivemos a criação da Delegacia de Homicídios comandada pelo delegado Ênio Matos e uma equipe que se especializou e conhece Florianópolis, a Grande Florianópolis e consegue dar esses resultados de 100% em crimes de latrocínio e de quase 100% em crimes de homicídio.

Por isso, quero dizer que vejo o empenho do governo do estado na busca de uma solução. Como

disse o nosso ilustre deputado Sargento Amauri Soares aqui, nós, da Polícia Civil, sempre tivemos o sonho de alcançar o subsídio, porque, ao contrário da Polícia Militar, que tem uma promoção na aposentadoria, o Policial Civil não tem esse benefício e quando ele se aposenta tem uma perda salarial muito grande, porque quase 40% da sua remuneração é hora extra e adicional noturno. Quer dizer, se ele está efetivamente no exercício da função, praticando e cumprindo as horas extras, ele passa a ter um ganho salarial que representa quase 40% do seu salário. Mas quando ele tem um problema de saúde, pega férias ou se aposenta, o seu salário tem uma redução drástica.

Por isso, o pleito tanto dos delegados, quando dos policiais civis sempre foi na busca do subsídio para que, efetivamente, o policial civil consiga se aposentar com o seu salário integral.

Inclusive, na discussão salarial com o governo, a título de incentivo para quem está na atividade policial, foi criada essa proposta de 15% de incentivo pela dedicação exclusiva, que seria a forma de beneficiar aqueles no exercício do cargo.

E como temos que defender todos os que estão no exercício e os que amanhã e hoje estão aposentados, a nossa discussão sempre foi para que não houvesse essa diferenciação, para que o policial aposentado venha a ter também a sua remuneração garantida e não houvesse nenhum redução salarial quando se aposentasse. E justamente quando ele já está com mais problemas de saúde, com uma idade mais avançada, pronto para se aposentar, não pode vir a ter uma redução salarial!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à

hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:
matérias em condições regimentais de serem
apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.